

Brasil é o país que mais mata pessoas trans; 175 foram assassinadas em 2020

[\(Universa | 29/01/2021 | Por Carlos Minuano\)](#)

O Brasil se mantém na liderança do vergonhoso ranking de países que mais matam pessoas trans no mundo. Em 2020, foram 175 travestis e mulheres transexuais assassinadas. A alta é de 41% em relação ao ano anterior, quando foram registrados 124 homicídios.

O número de assassinatos também torna 2020 o ano mais sangrento em quatro anos, desde o início desse tipo de levantamento de dados no país. Os dados são baseados em notícias veiculadas na mídia e fazem parte de um dossiê elaborado pela Antra (Associação Nacional de Travestis e Transexuais) e divulgado hoje, 29, Dia Nacional da Visibilidade Trans.

As travestis que se prostituem são a maioria entre as assassinadas, junto de negras e periféricas que enfrentaram ao longo de 2020 um acirramento da vulnerabilidade em que já se encontravam. Também chama a atenção no relatório a ausência de casos de assassinatos de homens trans.

[***Acesse a matéria completa no site de origem.***](#)

“Ser líder negra é ser infinita, como toda grande força”, diz

Neon Cunha

Neon Cunha se tornou uma das maiores vozes do Brasil na luta sobre despatologização das identidades de pessoas trans.

[\(Geledés, 28/01/2019 - acesse no site de origem\)](#)

Geledés no Debate inicia 2019 entrevistando Neon Cunha, ativista, publicitária, diretora de arte, negra e trans, ela se tornou conhecida nacionalmente ao entrar com uma ação pedindo morte assistida, caso não fosse aprovada a mudança de seu nome civil. Em 2016, Neon se tornou a primeira mulher trans a mudar de nome e gênero sem a exigência de laudo e sem realizar a cirurgia de redesignação genital, após negar o diagnóstico de transtorno da disforia de gênero. Uma luta que era individual se tornou uma vitória coletiva. Como ela conta aqui, seu principal objetivo era “mudar o processo que estava associado as questões do Protocolo Transsexualizador”. Neon é um nome grego e significa novo.

A terceira filha mais velha de uma família de dez filhos relata o apoio e afeto recebidos de sua mãe, faxineira, a quem revelou aos dois anos e meio de idade que era uma menina. Sofrendo bullying desde os três anos de idade, Neon encontrou num grupo de mulheres negras a força para seu processo de identificação. “Foi nesse núcleo de mulheres negras que lapidei a minha existência”, diz.

Geledés- Como se deu a decisão de entrar com uma ação judicial em 2016 para mudar seu nome e por que essa iniciativa foi veiculada ao direto à morte assistida pelo Estado brasileiro, caso sua exigência fosse recusada?

Eu já vinha pensando em como seria mudar todo o processo histórico que estava condicionado à questão do Protocolo Transsexualizador (instituído em 2008 pelo governo federal para atendimento especializado às pessoas trans e travestis no SUS) que dava condição de dizer quem eram as pessoas transsexuais e travestis no Brasil. Além dessa questão, eu tinha consciência de que os movimentos sociais voltados às pessoas trans até então só falavam de mulheres transexuais e travestis, e mal se falava do homens trans. Sentia-

me cansada da lerdeza judicial no país e temerosa da violação do meu corpo ou da possibilidade de sofrer a morte de qualquer forma, lembrando que o nome social não vai nem nas lápides, ou ao menos antes não ia.

Ou seja, já não bastava ter que sofrer com as violências em vida para também me submeter a outra violência pós-vida. Um ano antes de entrar com a ação, eu já havia falado com o advogado Eduardo Mazini, que depois assumiu o meu caso, dizendo que iria esperar sair a lei que estabelece direito à identidade de gênero, que era uma proposta dos deputados Jean Wyllys e da Érika Kokai (PL 5002), estabelecida nos moldes do que se tem na Argentina e em Portugal.

Pensei que meu corpo estava exposto e apesar de a minha vida não valer nada para o Brasil, ela vale muito para mim, para as pessoas que eu amo e que me amam. Então resolvi entrar com essa ação, dizendo ao meu advogado que recusaria a ser “patologizada” e não ofereceria laudo de espécie alguma, fosse ele psicológico, psiquiátrico, de endocrinologista ou assistente social, que preconizasse os processos anteriores. E se eles me negassem, o país precisaria assumir a responsabilidade da minha morte e a abjeção destas vidas. Foi assim que entrei com a questão da morte assistida, porque, entre ter meu corpo violado, exposto, ameaçado, sendo que eu vinha sofrendo violências desde a infância, acredito que era justo saber a dimensão da dor e da negação de minha existência.

Poder dialogar com a possibilidade de dignidade, principalmente nesse processo de fim de existência, é questão de atitude. É como envelhecer no Brasil, uma vez que as pessoas aqui são consideradas descartáveis. Os brasileiros não olham para seus idosos como acúmulo de conhecimento e respeitabilidade. E sou muito consciente sobre tudo isso. Portanto, caberia a mim mesma o direito de negação da minha própria existência. E a partir desse pensamento, construí o processo judicial. E não foi apenas um processo, mas a criação de uma ação política. Procurei o jornal Folha de São Paulo que deu o título à matéria “Mulher ou Morte”; um artigo inédito, assim como foi inédito se usar pela primeira vez no país a Constituição para casos assim. Foi um precedente único, não sou eu quem falo, foram os pesquisadores que fizeram essa afirmação.

Geledés- O que veio com a mudança de seu nome?

Uma coisa muito importante de se pontuar é que o nome mudado não é de batismo, e sim civil. Não é mais um nome social como uma concessão de determinar como seria a vida de uma pessoa trans. Isso para mim é muito importante, porque esse nome tem legitimidade. E olhe que perversidade: enquanto que ser negra para mim é muito fácil de entender, existe a questão da socialização. Você passa por um processo em que as pessoas dizem lhe dar uma condição social desde que você prove que você é uma pessoa digna, uma “mulher de verdade” e aí sim, lhe dão uma condição de “mulher civilizada”. Eu saio do lugar da besta, dessa concessão de sociabilidade, para a condição de civilidade.

Geledés- Você disse certa vez numa entrevista que aceita apenas ser chamada de trans entre as mulheres negras. Por favor, explique.

As mulheres negras cisgêneras já passaram por esse processo. Fui apresentada à Marcha das Mulheres Negras pela Nilza Iraci (coordenadora do Geledés) e a gente não pode negar as semelhanças quando elas acontecem. A Nilza também é uma mulher negra de pele mais clara, que passou pela ditadura e passou por um processo que se assemelha com o que sofri em outra forma de ditadura. Porque eu nasci na ditadura, mas vivi a partir da ditadura da exclusão social. E foi nesse núcleo de mulheres negras que lapidei a minha força e a minha existência.

É nele em que são discutidas as identidades de gênero. Então chegar nesse lugar em que uma outra condição é repensada, acolhida e, de certa forma, vivenciada, faz com que haja uma respeitabilidade em que não encontrei em outros lugares. Nesse lugar não falam em trans como exclusão, mas reconhecem a trans como um processo que precisa ser identificado, acolhido, respeitado e trabalhado, para que não sejam reproduzidas as opressões. Então nesse grupo, elas dizem que eu trago além da pauta da mulher negra, a questão da transgeneridade. Então nesse espaço eu me permito e permito o reconhecimento identitário, porque existe acima de tudo acolhimento dessa dor da abjeção. Ali a trans é tratada com o máximo respeito.

“O que vamos fazer com essas pessoas que cometeram crime de ódio? Nós

vamos ampliar o discurso do encarceramento em massa ou entender essa construção de subjetividade e intersexualidade que constrói essa violência? Precisamos ampliar o debate.”

Geledés- Qual a importância das grandes líderes negras em sua vida?

É um fascínio. É um universo a ser explorado, encantamento; é mergulhar em você, é o espelhamento. As lideranças negras estão em tantos lugares possíveis. Está em quem desce a ladeira da favela com roupa para lavar, por exemplo. É ver Sueli Carneiro na Marcha das Mulheres Negras e conversar com simplicidade. Em nosso primeiro encontro, ela me disse: “O que é que foi Neon?”. E respondi: “Sabe o que é Sueli? Você é de uma grandiosidade, que eu achava que tivesse um metro e oitenta, um metro e noventa”.

E ela disse rindo: “Sou baixinha mesmo, o que é que foi? O que é grandona?” É isso. É um encontro de mares e rios, dos céus, dos ares, dos fogos, de todos os elementos. É ser Maya Angelou (1928-2014), Angela Davis, Bell Hooks, Djamila, Maria Clara, Nilza Iraci, Luciana, Juliana, Andréias, Veronica Bolina, Lea, Cintia Gomes. Daria para passar o dia falando de mulheres pretas que me antecederam, que me são contemporâneas, que já estão margeando o futuro. Dona Conceição Evaristo, Daí Rodrigues, Érica Malunguinho, Érica Hilton. Há um rosário de mulheres pretas que não têm fim. É Orun, é constelação, é magia.

É o fascínio que alimenta o caminho para ser humana, para ser potente, para ser grande. É a diversão, é o prazer; é falar sobre a dor de Vilma Piedade, mas também é o encontro com 24 mulheres encarceradas em um presídio masculino. É um espelho com 24 facetas sobre você; é dialogar sobre afeto, ética, moral. É falar sobre a vida no cárcere privado, sobre a vida egressa, sobre a vida quem está em situação de rua, quem tá morando na rua. Você quer mesmo saber de forma objetiva o que é ser uma líder negra? É ser infinita, como toda grande força.

“Ainda que vivo, e muito bem vivo, Jean Wyllys nos obriga novamente a pensar na morte e acima de tudo nos leva a refletir sobre o quanto devemos lutar para garantir a vida e viver na beleza de sermos diversos.”

Geledés- Como entende a saída do deputado Jean Wyllys do país e qual o legado que ele deixa para a comunidade LGBT?

O legado de Jean Wyllys vai além de sua carreira política e se funde com sua trajetória de ex-BBB. Sua popularidade é acima de tudo um avanço na luta contra os preconceitos. Wyllys também é jornalista com mestrado em Letras e Linguística e professor.

O nordestino tem uma história de vida e tanto. É ainda muito significativo para mim que no mês de janeiro em que se celebra a visibilidade trans no Brasil, um casal não binário, Ares Saturno e Soren Denar, morre por meio de suicídio na capital paulista. Numa cidade no interior do Estado de São Paulo, aconteceu também o brutal assassinato da mulher trans ou travesti, Quelly da Silva - um jovem de 20 anos removeu e guardou seu coração, deixando no lugar a imagem de uma santa. Esse caso me fez lembrar outra morte, desta vez por espancamento, com rigores religiosos de paus e pedras, da nordestina Dandara dos Santos, em 2017.

E para citar outros casos além de transfobia, em dezembro de 2018, o cabeleireiro Plínio foi assassinado com facadas em plena Avenida Paulista, a mesma avenida em que um jovem agredido com uma lâmpada, em 2010, exatamente o ano em que Jean Wyllys foi eleito deputado federal pela primeira vez (se continuasse, seriam três mandatos consecutivos). Ainda que vivo, e muito bem vivo, Jean Wyllys nos obriga novamente a pensar na morte e, acima de tudo, nos leva a refletir sobre o quanto devemos lutar para garantir a vida e viver na beleza de sermos diversos. E como afirmou Aristóteles, a política é para se fazer “o bem para a humanidade” e não somente ocupar cargos.

Geledés-Entre as medidas do novo governo, está a extinção da pasta LGBTQI+, antes alocada na Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos. Como vê essa medida e quais consequências de sua extinção para essa população?

Existe sim uma ameaça ideológica principalmente contra pessoas LGBTQIs, mas é bom lembrar que o Conselho LGBT sempre se chamou Conselho Nacional de Combate à Discriminação, inclusive no governo Dilma. Nunca

esse conselho chamou-se Conselho LGBT. Portanto, é bom que essa pauta seja pensada, porque desde sempre é uma questão que se negociou dentro da história de luta de combate à homofobia, do kit gay, das identidades de ideologia de gênero. É muito importante de como a gente trata esse assunto. Agora ideologicamente está posto.

Na minha adolescência, escutei do próprio Lula (ex-presidente), em praça pública, que não havia homossexuais na classe operária. Então a história das lutas de LGBT no Brasil não mudaram muito nos últimos tempos por conta de governos. Mudaram por causa das ações da sociedade civil organizada ou de ativistas independentes. Isso é muito importante pontuar e significa alguns poucos avanços, porque não há nenhuma lei para o casamento, e sim uma jurisprudência. É como o nome civil para as pessoas trans: existe uma Ação Direta de Inconstitucionalidade. Ou seja, as pessoas LGBT têm de se manter alertas, reforçarem seus trabalhos de base para que minimamente avancemos nas eleições municipais. Nós dormimos no barulho e aceitamos qualquer coisa, como frases do tipo “o que dá pra fazer agora é isso”.

Chega! Temos que começar a lutar por uma legislação que combata a LGBTfobia, similar à lei que combate ao racismo. E lutar para que essas leis tenham validade. Aliás, se usarmos o artigo 5 da Constituição, não deveria nem haver estar conversa, porque esse artigo é pleno quando fala de cidadania e humanidade. Deveríamos estar na defesa apurada e aguerrida por tudo que já foi conquistado no processo constituinte. Para mim, esse processo é inquestionável. É para isso que teremos de olhar.

“O combate ao ódio aos LGBTs no Brasil tem que começar pela educação. Vamos ter que falar sobre educação de gênero, orientação sexual e as possibilidades de vivências que estão fora da regrinha, da caixinha, das pessoas que acham que só tem isso e acabou. Precisa haver uma lei que combata a LGBTfobia e que instrumentalize o país para discutir o assunto. Essa lei tem que ser pensada para além do racismo.”

Geledés-Apesar de frequentemente noticiados, os assassinatos e atos violentos contra a população LGBTQIA+ não diminuem, pelo contrário, só aumentam. Quais medidas acredita que deveriam ser

tomadas pelas diferentes esferas de governo?

O combate ao ódio aos LGBTQIA+ no Brasil tem que começar pela educação. Vamos ter que falar sobre educação de gênero, orientação sexual e as possibilidades de vivências que estão fora da regrinha, da caixinha, das pessoas que acham que só tem isso e acabou. Precisa haver uma lei que combata a LGBTfobia e que instrumentalize o país para discutir o assunto. Essa lei tem que ser pensada para além da que combate o racismo. Uma lei que seja similar à lei Maria da Penha; que trate o gênero com amplitude, a sexualidade e o crime de ódio em outra dimensão e que tenha como uma das prioridades a educação. O que vamos fazer com essas pessoas que cometeram crime de ódio? Nós vamos ampliar o discurso do encarceramento em massa ou entender essa construção de subjetividade e intersexualidade que constrói essa violência?

Precisamos ampliar o debate. E temos que assumir a responsabilidade social na construção de uma nova sociedade com maior capaz de acolher a diversidade humana. Temos de tratar desse tema com seriedade e responsabilidade, porque acima de tudo, estamos falando de vidas humanas. A minha pergunta é: quais vidas importam? E elas importam à nossa nação? Ou será que há pessoas que se sentem no direito de eliminar outras? É o próprio movimento tem que ser repensado.

Janeiro é o mês de visibilidade do trans no Brasil, e quando se comemora isso e se consegue uma audiência no gabinete da República, se omite a falar sobre o caso de Dandara dos Santos, uma mulher não branca que morreu no conjunto de Palmares no mesmo mês que morreu Dandara, a esposa de Zumbi. Ela foi uma liderança feminista que antecede muitas coisas na discussão de liderança de luta de mulheres negras no Brasil.

Geledés-Como vê a questão sobre a discussão de sexualidade nas escolas públicas?

A discussão não se restringe apenas à esfera pública, mas precisa atingir todos os lugares além das escolas públicas. Temos que pensar em crianças de escolas comunitárias, em cursos de promoção de delegados populares, em todos os lugares de formação, inclusive os núcleos familiares. Temos que

entender que a formação tem uma grande parcela de responsabilidade dos governos, mas também de uma sociedade como um todo. Chamar a sociedade para essa discussão é urgente. Não dá mais para excluí-la. E eu quero falar sobre esse assunto. Também somos responsáveis por nossas omissões, principalmente as que negligenciam vidas.

Geledés-Você já contou publicamente como foi brutalmente violentada. Como explica o ódio contra a população LGBT?

Na Argentina, na lei de identidade de gênero se reconhece o direito ao auxílio do governo para pessoas nascidas até 1975. É um salário digno para reconhecer que essas pessoas foram violentadas em exclusão social. A violência acontece justamente porque as pessoas não entenderam que seus privilégios não são ameaçados por outras que estão tentando acessar a dignidade humana. É entender a humanidade como um processo plural e, talvez, falar sobre isso além dessa lógica binária de macho e fêmea; de sexo constituído biologicamente.

É um assunto que se estuda desde a antiguidade, que se viu na Grécia, em culturas anteriores à chegada dos colonizadores. Daria para falar horas sobre esse processo. E as religiões têm um papel muito importante na negação do direito da humanidade que permeia diante da ausência de um estado laico, em que se negocia o direito de ser quem se é. Como os indígenas já pediram há tempos: queremos o direito de ser quem somos.

E as pessoas LGBT estão aí dizendo: nó só queremos co-existir. E que a minha existência seja tão respeitada quanto a sua, que é cheia de privilégios. O ódio produzido pela ideia da bestialidade que não corresponde às normas. Mas quem elabora as normas? E elas são necessárias a quem? Às vezes me pergunto se para as mulheres negras cisgêneras cabe a lógica da cisgeneridade. Quando uma mulher negra, independente dessa condição de orientação sexual ou de identidade de gênero, cabe a cisgeneridade? E a cisgeneridade é extremamente tóxica. O corpo da mulher negra sempre é “objetificado”. Rara a mulher negra que não sofre isso no seu corpo, no seu afeto, na sua existência. A dificuldade é permitir que essas pessoas sejam reconhecidas como seres humanos pretos.

“O que vamos fazer com essas pessoas que cometeram crime de ódio? Nós vamos ampliar o discurso do encarceramento em massa ou entender essa construção de subjetividade e intersexualidade que constrói essa violência? Precisamos ampliar o debate.”

Geledés-Você disse também que já sofreu vários tipos de preconceito, inclusive sobre sua condição de mulher negra. Como foi isso e como respondeu?

São dois momentos muito marcantes para mim. O primeiro é quando era ainda menina, quando cursava a segunda série, e durante o intervalo da aula, estava num grupo de meninas que me disseram: “a gente não quer andar com você mais, porque você tem cor de sujeira, cor do papel que embrulha os cadernos”, referindo-se ao papel pardo. A questão de gênero já estava ok para mim. Mas compreender que estava sendo excluída por causa do tom de pele e ser associada à sujeira me tornou silenciosa, excluída e reclusa.

Outro momento marcante foi quando tinha 26 anos e comecei a desenvolver minha sexualidade e estava com meu primeiro namorado. Tivemos os primeiros desentendimentos e ele me disse: “quem você acha que vai namorar com alguém como você e ainda por cima preta?”. Você sabe que as pessoas têm preconceito. É como se só ele fosse me aceitar. A gente ressignifica a vida, transforma-a. É essa coisa de se entender de autonomia, de autoconhecimento, de encontrar outras mulheres negras. Entender que você, mulher negra, é plena e o problema é do outro.

Geledés-Certa vez você mencionou que luta para o conceito de liberdade. Qual é esse conceito?

Meu conceito é sobre a infinitude mesmo. Não temos começo, meio e fim; só temos a contemporaneidade do aqui e agora. É chamar a liberdade para a questão da consciência, da responsabilidade, da autonomia de ser você mesma. De ter responsabilidade sobre o seu existir. É preciso dialogar com outras existências e isso me torna responsável não só sobre a minha vida, mas sobre as vidas com as quais interajo. Liberdade nasce no respeito por mim e por quem eu enxergo. Esse enxergar é amplo e sensorial. Liberdade é

sobre a condição humana. O que não pode ser pensado e negociado.

“Aprendi com minha mãe que afeto não é sobre o que eu queria, mas sobre o que eu estava disposta a dar. Não há como esquecer de quem sou filha. Mais do que isso, de quem me ensinou que a minha postura é a de abrir espaço em uma sociedade.”

Geledés-Você sempre fala de sua mãe. Como ela é e o que lhe deixou como maior legado?

Vai soar poético, mas pense em um momento muito significativo. Eu me reconheci com dois anos e meio de idade e fico imaginando tudo que ela vivenciou a partir dessa experiência comigo, ela que me conta que gestou uma menina, nasci em um sábado, às seis e meia da tarde, e o céu ficou rosa alaranjado, céu de Ewá, uma das divindades femininas do Candomblé, fico imaginando o que sentiu quando disseram que não era a menina. Fico imaginando a cabeça dela ao ter que lidar com tudo isso e o tanto, o tanto que ela me protegeu. Foi a coerência dela que me protegeu.

São tantas as histórias de proximidade e aqui vou lhe contar duas. Fico imaginando aquela mulher, faxineira a vida toda, que sustentou dez filhos com meu pai, tamanha era sua grandiosidade. Um dia ela chegou tarde e precisava fazer a comida e estava tudo muito atrasado. Ela me deu uma panela de arroz e eu disse: quero lavá-la. Com seis anos, subi no banquinho de madeira para alcançar o tanque e lavei a panela. Ela olhou e me disse que ainda não estava boa. Na quarta vez, a panela de alumínio de aro 32- grande para uma criança -, estava areada, próximo do que ela considerava ideal. E ela falou: não está bom, mas a tampa está ótima. Você conseguiu.

Um outro episódio: morávamos em uma casa de um cômodo só e as divisões eram feitas com os móveis. Dormíamos com as cabeças intercaladas com os pés e já cansada e incomodada de ter de ceder meu lugar todas as vezes que uma visita chegava, um dia lhe perguntei: “por que tenho que dormir no chão para ceder o lugar para essa gente que não é nem daqui?” E ela respondeu: “Porque temos que dar o nosso melhor. Sempre”.

Então aprendi com minha mãe que afeto não é sobre o que eu queria, mas

sobre o que eu estava disposta a dar, assim como ela o fazia. Ela limpava rodapé com escova de dente e hoje tem cinco hérnias de disco. E negociou com uma de suas patroas para entrarmos na escola quando eu tinha três anos e meio. Ou seja, não há como esquecer de quem sou filha. Mais do que isso, de quem me ensinou que a minha postura é a de abrir espaço em uma sociedade.

Geledés-Além de sua mãe, quem foi uma pessoa importante em sua vida?

Fabiana Moraes, uma intelectual que escreve no site da revista Piauí, autora do livro Nascimento de Joyce (história de uma mulher trans agrária). Ela é amiga e uma referência de mulher que pensa, que produz no Nordeste do Brasil. Não poderia esquecer de citá-la que é uma grande paixão. Uma mulher muito interessante, com vários prêmios de jornalismo. E obrigada ao Geledés! Muito amor nessa vida. Estamos juntas!

por Katia Mello

No Dia Laranja, ONU Brasil aborda violência de gênero contra mulheres trans e travestis

Para marcar este 25 de janeiro, #DiaLaranja pelo Fim da Violência contra as Mulheres e Meninas, a ONU Brasil apresenta a história de Bruna Benevides, mulher trans que criou um dossiê para documentar a violência contra travestis e transexuais.

O ativismo de Bruna também inclui projetos para a inclusão da população

trans no ensino superior e para a capacitação de agentes de segurança, a fim de combater a discriminação no atendimento a pessoas LGBT.

[\(ONU Brasil, 24/01/2019 - acesse no site de origem\)](#)

Bruna Benevides é militante e defensora dos direitos humanos da população LGBTI, em especial das pessoas trans e travestis. Coordenadora e articuladora do Instituto Brasileiro Trans de Educação e presidenta do Conselho LGBT de Niterói, ela também é vice-presidenta da Rede Nacional de Operadores de Segurança Pública LGBT. Bruna se identifica como “uma mulher trans, identificada pela sociedade como travesti”.

Desde 2016, está na Diretoria da ANTRA, a Associação Nacional de Travestis e Transexuais, e é responsável pela elaboração do Dossiê dos assassinatos e violência contra travestis e transexuais no Brasil. Levantamentos deste tipo já existem há mais de 30 anos no Brasil, feitos por outras instituições, mas Bruna afirma que “ficava muito incomodada com esses dados e a maneira como eles aconteciam porque muitas vezes consistiam apenas em números, mas não se transformavam em nenhuma ação propositiva”.

Assim, por iniciativa própria, decidiu criar o Dossiê e transformá-lo em um novo instrumento de defesa de direitos para acabar com a violência de gênero contra a população trans, inclusive mulheres trans e travestis.

O monitoramento de 2018 será lançado no Dia da Visibilidade Trans (29/1) deste ano, durante a VI Semana Nordestina da Visibilidade Trans, que acontece em Recife, Pernambuco. Elaborado pela ANTRA e o Instituto Brasileiro Trans de Educação, com o apoio de oito instituições nacionais e duas internacionais, o documento foi ampliado para incluir as tentativas de homicídio, outros tipos de assassinatos motivados por transfobia estrutural e casos não elucidados, além de outras violações de direitos humanos.

Em 2018, o Dossiê foi apresentado na Casa da ONU, em Brasília. O relatório foi entregue a representantes do Sistema das Nações Unidas no Brasil e à presidenta da Comissão Interamericana de Direitos Humanos.

Bruna conta que a população trans e travesti está no foco da violência de gênero, principalmente a partir do momento em que se une ao feminismo.

“Quando passamos a empoderar umas às outras, ‘ameaçamos’ o poder hegemônico, do patriarcado, e nos tornamos as primeiras pessoas ‘caçadas’ e violentadas”, explica a militante LGBTI.

“Os índices estão aí pra comprovar que o Brasil é um dos países que mais violenta e mata pessoas por questões de gênero feminino.”

Segundo a ativista, a violência é extremamente presente na vida das pessoas trans, pois “é a primeira instituição social que a população trans conhece quando passa a conviver fora do ambiente familiar - isso quando essa violência não acontece ainda dentro do próprio ambiente familiar, como em alguns casos”.

Além dos dados, o Dossiê traz também uma análise mais aprofundada dos casos, com o número de pessoas mortas, gênero, raça, classe e contexto social. Para Bruna, o documento busca dar visibilidade às pessoas trans e travestis como pessoas totalmente capazes de construir, saber e dar conta de sua narrativa.

“A importância do monitoramento é dar visibilidade aos dados, com foco na efetivação de denúncias para que esses dados sejam usados para pleitear políticas públicas”, explica.

“A partir do relatório, podemos provar para o Estado que estamos sendo assassinadas por questões de gênero e por sermos quem somos.”

O levantamento é feito por meio de pesquisas em dados de jornais, e os resultados já são visíveis. No primeiro ano, apenas 22% das mídias jornalísticas respeitavam a identidade de gênero das vítimas. Em 2018, esse número passou para 66%. “Esse avanço também auxilia no levantamento de dados porque, às vezes, temos dificuldade com jornais que publicam que ‘homem vestido de mulher é assassinado’. Agora somos respeitadas, usam os pronomes corretos, conseguem minimamente chegar ao entendimento de que é uma pessoa trans, travesti ou mulher transexual”, conta Bruna.

Além da participação na diretoria da ANTRA, a ativista é segundo-sargento da Marinha do Brasil e ingressou na carreira militar há mais de 20 anos. Há três anos, ela também é coordenadora e articuladora do curso preparatório

para vestibular 'PreparaNem' (em referência à gíria carioca 'nem', usada para representar as pessoas da preferência). O curso é voltado para pessoas LGBTI em vulnerabilidade, com foco em indivíduos trans e travestis. O método de ensino é alternativo e as turmas são reduzidas. Cerca de 70% dos alunos são mulheres trans e 70% dos índices de aprovação também são dessa população.

“O foco principal é restabelecer a escolaridade perdida e garantir que essas pessoas possam concorrer em ‘pé de igualdade’, não só para a formação acadêmica, mas para o próprio empoderamento, o fortalecimento da entrada no mercado formal de trabalho. É criar a oportunidade que falta, digamos assim, pelo menos no campo educacional.”

Bruna explica que o impacto do curso no combate à violência é grande porque abrange uma rede maior, que vai além dos alunos, alcançando também os professores e professoras voluntários. “São cerca de 70 pessoas atendidas direta e indiretamente que podem fortalecer e criar uma rede de apoio e cuidados para resgatar a autoestima, fortalecer a reinserção nos espaços sociais e profissionais, gerar renda e o próprio reconhecimento da independência”, afirma. Hoje o Instituto Brasileiro Trans de Educação fornece o curso preparatório em 27 cidades do Brasil.

Bruna também dá contribuições importantes em seu trabalho na Rede Nacional de Operadores de Segurança Pública LGBT, como a Cartilha de Segurança para População LGBT, de sua autoria, que busca mostrar à população LGBT como minimizar os riscos de violência e se fortalecer para fazer denúncias.

A ativista também é coautora do Manual de Atendimento e Abordagem para População LGBT por Agentes de Segurança Pública. De acordo com Bruna, o combate à violência de gênero é um dos focos do material, “principalmente porque abordamos as questões de segurança e autosssegurança, autopreservação e segurança pública das pessoas”.

“Nos deparamos com altos índices de feminicídio e de violência doméstica, então temos esse olhar interseccional e acabamos chegando exatamente numa população que é de gênero feminino, de gênero divergente do

masculino, negra e periférica”, acrescenta.

Além da violência, as pessoas trans e travestis também enfrentam dificuldades de acesso a serviços de saúde. Dados mais recentes do Ministério da Saúde estimam que entre 18% e 31% das travestis e pessoas trans no Brasil estejam vivendo com HIV. Entre a população em geral, essa prevalência é de 0,4%.

Segundo o Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/AIDS (UNAIDS), no mundo, travestis e mulheres trans têm até 49 vezes mais chances — em comparação com a média das pessoas com vida sexualmente ativa — de se infectar pelo HIV ao longo da vida. Globalmente, estima-se que 19% das mulheres trans e travestis vivam com HIV.

Diante do cenário do movimento trans no Brasil, Bruna acredita que “o que falta para conseguirmos combater melhor a violência de gênero é estar junto da luta das mulheres”.

“É de suma importância estar claro que o combate e enfrentamento à violência de gênero é uma luta não apenas de mulheres cis, mas também de pessoas trans e travestis e todas aquelas que são atravessadas pela violência de gênero. Precisamos, cada vez mais, nos aproximar dos movimentos e lutar pelo reconhecimento da nossa identidade de gênero”, completa a militante.

Para o mês da Visibilidade Trans, Bruna faz um chamado: “Convido as pessoas que não participam dos espaços de construção e de militância a se aproximarem e que venham somar. No final das contas, ainda somos poucas lutando por muitas. Quando formos muitas lutando por todas, as coisas podem começar a mudar mais efetivamente”.

#DiaLaranja pelo Fim da Violência contra as Mulheres e Meninas

Celebrado no dia 25 de cada mês, o Dia Laranja Pelo Fim da Violência contra as Mulheres e Meninas alerta para a importância da prevenção e da resposta à violência de gênero. Sendo uma cor vibrante e otimista, o laranja representa um futuro livre de violência, convocando à mobilização todos os meses do ano, culminando no 25 de Novembro, Dia Internacional pela Eliminação da Violência contra as Mulheres. #UseLaranja todo dia 25.

O Dia Laranja integra a campanha do Secretário-Geral da ONU UNA-SE Pelo Fim da Violência contra as Mulheres, lançada em 2008, com o objetivo de dar visibilidade e aumentar a vontade política e os recursos designados a prevenir e responder à violência de gênero.

Grupo As Bahias e a Cozinha Mineira lança campanha pela visibilidade trans

Cantoras Assucena Assucena e Raquel Virgínia gravam série com cinco episódios traz leituras dramáticas baseadas em histórias reais. “Nós, pessoas trans, existimos!”

Na semana em que é celebrado o Dia da Visibilidade Trans (29 de janeiro), a dupla de mulheres trans Assucena Assucena e Raquel Virgínia, da banda As Bahias e a Cozinha Mineira, lançou a série Nós Existimos, com cinco episódios nos quais fazem leituras dramáticas de histórias baseadas em experiências reais. O objetivo, segundo as cantoras, é combater o preconceito e denunciar todos os tipos de violência sofridos por esta população.

[\(Rede Brasil Atual, 05/02/2017 - acesse no site de origem\)](#)

“O objetivo da série é difundir a nossa existência como algo comum, uma normalidade. A gente trabalha, toma café, vai à padaria, ao banco, a gente tem um cotidiano. É necessário que as outras pessoas entendam que nós não somos uma anomalia social. Além disso, é para denunciar os abusos cotidianos, as violências cotidianas, tanto as físicas, como as psicológicas e sociais. Essa série é para afirmar a nossa existência e dar visibilidade, porque os trans são uma das populações com menor empregabilidade e menor possibilidade de estudo porque são expulsas de casa muito cedo. É importante trazer isso à tona de forma qualitativa e mostrar que nós

existimos,” afirma Assucena.

O primeiro episódio da série conta a história de Magô Tonhon, que veio ao mundo com seu gêmeo univitelino e lutou desde muito cedo para aceitar e entender sua identidade. “A unha foi o meu primeiro gesto político: íntimo, livre e solitário. Minha identidade de gênero e minha ‘mulheridade’ estavam ali, expressas, a materializar-se sem que nem eu mesma me desse conta. E com elas enfrentei com receio, mas também com firmeza, a todos os questionamentos que vieram. Foram muitas as tentativas de tirar a legitimidade das minhas experimentações de gênero, da família, no trabalho, dos amigos”, narram as duas artistas em uma espécie de jogral.

“Como o Dia da Visibilidade Trans é um dia de levar nossas histórias a público, a gente achou que o ideal seria fazer uma série de vídeos em que eu e a Assucena narrássemos as histórias a fim de chamar a atenção do público para outras histórias que existem para além da minha e da dela”, afirma Raquel. Os cinco vídeos podem ser assistidos na íntegra no canal As Bahias e a Cozinha Mineira, no YouTube.

Mais curta

O Ministério da Saúde, em parceria com a Organização das Nações Unidas (ONU), lançou nesta semana o mini-documentário PopTrans, com depoimentos de pessoas trans que contribuem para a construção da igualdade de direitos na sociedade como um todo. O objetivo do curta-metragem é sensibilizar especialmente os profissionais de saúde, para que conheçam as necessidades, especificidades e as demandas da população trans no que se refere aos serviços de saúde.

Confira:

por Xandra Stefanel, para Rede Brasil Atual

Protesto na Praia de Copacabana lembra a morte de 144 pessoas trans no país

Em fevereiro de 2016, a travesti conhecida por Cicarelli, 36 anos, foi morta de forma cruel em João Pessoa, com mais de 20 facadas, pedradas e ainda teve a orelha decepada em uma disputa de traficantes por um ponto de drogas na capital paraibana.

[\(Agência Brasil, 29/01/2017 - acesse no site de origem\)](#)

No Dia da Visibilidade Trans, comemorado hoje (29), Cicarelli foi uma das pessoas trans lembradas em uma manifestação na Praia de Copacabana, na zona sul do Rio de Janeiro. Foram fincadas na areia 144 cruces pretas, uma para cada transexual ou travesti mortas no ano passado por causa do preconceito, em todo o país, segundo levantamento da organização não governamental Rede Trans Brasil.

[Leia mais: Ato em SP pede inserção de travestis e transexuais no mercado de trabalho \(Agência Brasil, 28/01/2016\)](#)

O número, de acordo com a presidente da Rede Trans Brasil, Tathiane Araújo, faz do Brasil um dos campos de mortes de pessoas trans no mundo. Segundo ela, os assassinatos refletem a vulnerabilidade para onde essas pessoas são empurradas. A exclusão, explica, começa em casa, quando pais se recusam reconhecer a identidade de alguém que não se identifica com o sexo designado ao nascer, o que é o caso de pessoas trans.

Transexuais no Brasil: uma luta por identidade

Os desafios que travestis e transexuais enfrentam por viverem no Brasil, um dos países mais intolerantes do mundo

[\(Correio Braziliense, 29/01/2017 - acesse a íntegra no site de origem\)](#)

Um país que exclui e mata

Esta série de reportagens mostra como ser transgênero é especialmente difícil no Brasil, o país que, em números absolutos, mais registra assassinatos de travestis e transexuais, segundo levantamento feito pela ONG Transgender Europe.

Após se perceberem de um gênero diferente do que lhes foi atribuído no nascimento, essas pessoas passam a enfrentar uma verdadeira luta para viverem sua identidade. Além do risco constante de serem vítimas de violência, elas não contam com uma legislação que as proteja, são excluídas do mercado de trabalho, têm enorme dificuldade para acessar serviços de saúde, são hostilizadas e violentadas nas escolas e sofrem, frequentemente, com a incompreensão e a rejeição familiar.

Tal quadro faz com que essa parcela da sociedade morra muito, muito cedo. Dados da União Nacional LGBT apontam que o tempo médio de vida de uma pessoa trans no Brasil é de apenas 35 anos, enquanto a expectativa de vida da população em geral é de 75,5 anos, de acordo com informações divulgadas em dezembro de 2016 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

População transgênero avança em direitos, mas ainda é vítima da violência

Nos últimos anos, a população transgênero comemorou avanços e reconhecimento de direitos, mas ainda sofre com a violência. De acordo com dados da Rede Nacional de Pessoas Trans, no ano passado foram 144 assassinatos no país. E em 2017 começou, já foram registradas seis mortes. É o caso de Lady Dayana, que foi morta a facadas em Parintins, no Amazonas, e de Mirela, que foi espancada até a morte em Bauru, em São Paulo.

[\(Radioagência Nacional, 27/01/2016 - acesse no site de origem\)](#)

O professor Luiz Mott, fundador do Grupo Gay da Bahia, estuda a violência contra a população LGBT desde 1980 e lamenta.

Sonora: “Aqui é o lugar do mundo onde mais gays, travestis, lésbicas, bissexuais são assassinados vítimas da intolerância. Nós vivemos um genocídio. Como eu digo, é preciso ser muito macho para ser bicha neste país, porque a intolerância começa em casa, com insultos, espancamentos, tentativa de cura. Em todo o lugar o LGBT é discriminado.”

Leia mais:

['Sem um nome, não existimos', diz João Neri, transexual pioneiro no Brasil \(HuffPost Brasil, 28/01/2016\)](#)

["Nós existimos": banda lança série em homenagem à população trans \(CartaCapital, 25/01/2016\)](#)

Mas a violência física não é o maior problema, como explica a psicanalista transgênero Letícia Lanz.

Sonora: “Em muitas vezes, eu preferia ter apanhado de chicote do que receber a discriminação e a repressão de natureza moral. Isso é coisa de

homem’, ‘isso é coisa de mulher’, impedindo a manifestação da pessoa que a gente é.”

E foi a violência psicológica que a aluna trans da Universidade de Brasília, Alana Felix, enfrentou desde cedo. Ela conta que o preconceito começa dentro de casa.

Sonora: “Quando a sua família não reconhece sua identidade de gênero e ainda fica te chamando pelo nome de registro é uma tentativa de violência porque estão tentando te negar, apagar sua realidade. Na UnB, já sofri em vezes que fui usar o banheiro. Por duas vezes os seguranças vieram dizer que eu não podia estar ali.”

Uma resolução de 2015 da Secretaria de Direitos Humanos reconhece o uso de banheiros de acordo com a identidade de gênero de cada um. Como a medida não tem força de lei, o Supremo Tribunal Federal (STF) analisa o caso, mas o julgamento está suspenso há mais de um ano.

A medida é uma forma de combater a discriminação. Outra ação que pretende enfrentar a violência física e psicológica é um pacto nacional que já está em estudo por órgãos públicos e entidades representativas. A coordenadora-geral de Promoção de Direitos LGBT do Ministério da Justiça, Marina Reidel, afirma que o plano deve ficar pronto até junho.

Sonora: “Precisamos ser respeitados e reconhecidos como sujeitos independentemente de suas orientações sexuais e identidades de gêneros. Vamos ter um enfrentamento nas escolas e órgãos públicos em geral. Ainda há todo um trabalho a ser feito. E é claro que é um trabalho que ainda tem que ser construído e vai demorar ainda muito tempo.”

Neste domingo, 29 de janeiro, é comemorado o Dia da Visibilidade Trans. A data marca a luta pelos direitos e respeito à identidade de gênero. A ideia é chamar a atenção para o combate ao preconceito e à discriminação.

**Com produção de Heloísa Fernandes*

Caminhada Pela Paz, em São Paulo, exige dignidade e respeito para a população trans

(Agência Aids, 30/01/2016) Um dia, teve uma primeira passeata LGBT, em São Paulo, que não juntou tantas pessoas. No ano seguinte, o número aumentou e seguiu aumentando ano a ano até o evento (em maio ele chega à 20ª edição) se tornar um dos maiores do gênero em todo o mundo. Os organizadores da 1ª Caminhada pela Paz , com o tema “Sou Trans , Quero Dignidade e Respeito” apostam que vá acontecer o mesmo com este evento, que reuniu, segundo eles, mais de 500 pessoas em passeata da Avenida Paulista até a Câmara Municipal, no centro de São Paulo, neste sábado (30).

Leia mais:

[Secretário Especial de Direitos Humanos debate visibilidade trans em São Paulo \(SDH, 29/01/2016\)](#)

[Justiça autoriza mudança de gênero e nome de criança em MT \(Folha de S. Paulo, 29/01/2016\)](#)

[Entrada de transexuais em universidades trará mudanças sociais, diz ativista \(Agência Brasil, 29/01/2016\)](#)

“No ano que vem, estaremos aqui de novo, e seremos mais”, disse Renata Peron, presidente da Cais (Associação Centro de Apoio e Inclusão Social de Travestis e Transexuais), organizadora da caminhada Até lá, eles esperam que a Câmara Municipal de São Paulo tenha aberto as portas para discutir políticas voltadas a essa população, como exigem no abaixo-assinado entregue ao vereador Toninho Vespoli (PSOL). “Queremos pessoas trans atuando na Câmara. Queremos uma vereadora trans! ”, eram frases que os manifestantes gritavam enquanto o documento era entregue a Vespoli.

“Quero um de nós dentro desta casa, sim”, disse a drag queen Tchaka,

apontando para o prédio da Câmara. “Se é uma casa do povo, temos de estar lá também. Eu não quero ser só estatística. A menina morta que ninguém sabe quem é. Nós temos de ocupar todos os espaços e ser respeitados. Quem não nos respeitar, que seja criminalizado.”

Homenagem aos mortos

Minutos antes da entrega do documento, alguns manifestantes se deitaram na rua em frente à Câmara. Ao lado de velas acesas, simbolizaram as pessoas trans assassinadas em consequência de atitudes homofóbicas, como lembrou Bill, ex-candidato a vereador pelo PSOL e defensor dos direitos LGBT.

“Enquanto houver uma travesti ou transexual sendo assassinada, fora do mercado de trabalho, das escolas, dos serviços de saúde, eu estarei lutando por essa causa”, prometeu Bill do alto do caminhão de som, por onde passaram o advogado Dimitri Sales, membro da Comissão da Diversidade Sexual da OAB de São Paulo, a ex-vereadora Soninha Francine, Viviany Belebony, a modelo transexual que saiu como Jesus Cristo na cruz na 19ª Parada Gay, entre muitos outros que discursaram ao longo da passeata.

“Por ser a primeira caminhada, eu nem esperava que viesse tanta gente”, disse a ativista transexual Amara Moira, 30 anos, do Grupo Identidade, de Campinas. O melhor é que não vieram só as pessoas trans, mas também as cis [*de cisgênero*]. Se o movimento for só nosso, não vai ter força. Precisamos da população do nosso lado, de apoio, compreensão e respeito para que não nos matem mais.”

Heterossexual, a professora Lúcia Helena Rodrigues viu a passeata descendo a Augusta e, a princípio, achou que era um evento de Carnaval, já que havia muitos foliões indo encontrar seus blocos nas ruas. “Assim que identifiquei que era uma manifestação das pessoas trans me juntei a elas. Claro que apoio o movimento. É um absurdo o preconceito que elas sofrem e sempre ensinei meus filhos a respeitá-las”, disse Lúcia Helena, carregando na mão uma sacolinha de compras do supermercado.

Do Ibrat (Instituto Brasileiro de Transmasculinidade), Thomas Fernando, 21 anos, considerou a caminhada importante para chamar atenção para o pouco

acesso da população trans a serviços básicos, como os de saúde, educação e trabalho. “Não existem leis que nos protejam, não conseguimos chegar ao SUS. Eu, por exemplo, como homem trans, estou com dificuldade de marcar uma ginecologista. É preciso haver capacitação dos profissionais de saúde para nos atenderem.”

Lorenze Paz, 21 anos, foi sem camisa, com os peitos à mostra. “Vim assim porque luto por uma sociedade não-binária, em que a sexualidade não seja definida nem pela genitália, nem por seios. Todo mundo é livre para sinalizar o que é”, disse Lorenze, que se define pansexual.

Fátima Cardeal

Acesse no site de origem: [Caminhada Pela Paz, em São Paulo, exige dignidade e respeito para a população trans \(Agência Aids, 30/01/2016\)](#)

Dia da Visibilidade Trans: São Paulo terá caminhada “Sou Trans e Quero Dignidade e Respeito” - São Paulo/SP, 30/01/2016

(Agência Aids, 21/01/2016) A Associação Centro de Apoio e Inclusão Social de Travestis e Transexuais (Cais), com sede na cidade de São Paulo, promoverá a 1ª Caminhada pela Paz, batizada de “Sou Trans e Quero Dignidade e Respeito”, no dia 30 (sábado). A concentração está marcada para a partir das 13h, no Vão Livre do MASP (Museu de Arte de São Paulo). O encerramento será em frente à Câmara Municipal de São Paulo, onde será entregue um abaixo-assinado exigindo uma audiência pública para debater

políticas voltadas a travestis e transexuais.

Durante toda a caminhada, serão colhidas assinaturas para o documento. A ação tem o objetivo de marcar o Dia da Visibilidade Trans, celebrada no dia 29 (sexta-feira).

“Com essa caminhada, podemos mostrar que travestis e transexuais são pessoas normais, que trabalham, têm anseios e precisam ter seus direitos garantidos”, diz Renata Peron, presidente da Cais.

Também acontecerá um ato ecumênico em memória de todas as travestis, homens e mulheres transexuais assassinadas neste país. Os organizadores sugerem que os participantes vistam uma camiseta branca e levem uma vela branca como símbolo de um ato de paz. “Queremos homenagear a memória dos que já partiram e também dar força aos que resistem e lutam contra o preconceito”, conta Renata.

Acompanhe as informações da caminhada pela [página do evento no Facebook](#).

Serviço

1ª Caminhada pela Paz: “Sou Trans e Quero Dignidade e Respeito”

30 de janeiro

Concentração às 13h no Vão Livre do MASP, saída às 14h30

Encerramento em frente à Câmara Municipal de São Paulo

Daiane Bomfim

Acesse no site de origem: Dia da Visibilidade Trans: [São Paulo terá caminhada “Sou Trans e Quero Dignidade e Respeito” - São Paulo/SP, 30/01/2016 \(Agência Aids, 20/01/2016\)](#)

Lançamento de campanha educativa marca Dia Nacional da Visibilidade Trans no Rio

(Agência Brasil, 29/01/2015) Mostrar que transexuais e travestis são cidadãs e cidadãos e têm os mesmos direitos de todos. Esse é o objetivo da ação educativa Respeitar É... Reconhecer que as Pessoas São Diferentes e ao Mesmo Tempo Iguais em Direitos, lançada hoje (29) - Dia Nacional da Visibilidade Trans - pela Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos do Rio de Janeiro e pelo Conselho de Direitos da População LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, transexuais e travestis) do estado.

Estrelam a campanha 18 transexuais e travestis, homens e mulheres, para mostrar que são cidadãs e cidadãos de direitos, ocupam cargos profissionais e têm suas preferências cotidianas. São musicistas, professores, escritores, gestoras, militares e cantoras, que foram voluntários na primeira iniciativa de promoção da visibilidade trans no Brasil.

Uma das modelos da campanha é a cantora e atriz Jane Di Castro. Apesar de ainda ser vítima de transfobia, ela diz que os direitos foram muito ampliados nas últimas décadas. “Eu venho de uma geração dos anos 1960, peguei a ditadura militar, uma época de muita repressão. Hoje falo para as minhas amigas novinhas: vocês vivem num paraíso, porque eu sofri muito naquela época, eu andava vestida de mulher na rua e ia presa, não podia. Eu enfrentava, sempre fui uma ativista, mas na minha época não tinha discurso, não tinha um microfone para reclamar, se fosse na polícia reclamar de agressão ficava presa. Hoje você tem um grupo que te apoia, tem a quem reclamar, aonde ir, você é protegida, as leis protegem.”

Os cartazes, *folders* e *banners* da campanha serão distribuídos em escolas, unidades de saúde e delegacias de todo o estado. O superintendente de

Direitos Individuais, Coletivos e Difusos da secretaria, Cláudio Nascimento, destaca que essa parcela da população sempre foi marginalizada e estereotipada, e a campanha mostra as trans numa perspectiva de pessoas detentoras de direitos.

Ele afirma que a questão precisa ser debatida pela sociedade e não acredita que possa haver polêmica na distribuição das peças publicitárias nas escolas. “Não vai gerar polêmica, porque o material é muito sensível, muito digno. Cada uma ofereceu sua imagem gratuitamente para compor a campanha, mostrando quem são elas como cidadãs, o que gostam de fazer no seu cotidiano, a profissão que têm, então é muito digno o material, não vai gerar essa polêmica toda não. Pelo contrário, acho que vai ajudar a sociedade a debater de forma mais sensível, afetiva e respeitosa essa temática.”

Para a conselheira Mariah Rafaela, a iniciativa tem fundamental importância para reverter o quadro de exclusão e violência vivido pela população trans no Brasil. “É uma necessidade que o Conselho enxergou, de promover uma conscientização social em relação especificamente às mulheres transexuais, a partir de uma demanda que surgiu na internet, no carnaval do ano passado, quando algumas começaram a ser vítimas de transfobia, em função de vários motivos. Então, a gente se reuniu para tentar desenvolver uma ação educativa para conscientizar as pessoas a não só respeitar o nome social, mas entender que essas pessoas também têm direito a acesso à educação, à saúde, enfim, a todos os bens sociais que fazem com que sejam cidadãs.”

Para marcar o dia de lutas, o Grupo TransRevolução promoveu um ato na Cinelândia com *showde drag queens*, testagem rápida para HIV e apresentações culturais com falas políticas. Para a prostituta e presidenta do Grupo TransRevolução, Indianara Siqueira, é preciso diferenciar a homofobia da transfobia.

“Desde 2004, a gente faz eventos para marcar o dia, mas acho que a gente tem que cada vez mais fazer eventos públicos para que isso fique bem marcado como o Dia da Visibilidade Trans, não só apenas sob o guarda-chuva da homofobia. A gente quer também que seja considerada a transfobia, porque nós morremos pela transfobia, e não pela homofobia.”

De acordo com as estimativas do grupo, cerca de 150 travestis e transexuais são assassinados por ano no Brasil, sempre com atos degradantes e de crueldade.

Segundo Cláudio Nascimento, a próxima questão da agenda trans no Rio de Janeiro, a ser trabalhada, será o processo transexualizador, que, de acordo com ele, precisa ter um programa mais amplo de saúde, bem como a inserção profissional para promover a inclusão.

Akemi Nitahara

Acesse no site de origem: [Lançamento de campanha educativa marca Dia Nacional da Visibilidade Trans no Rio \(Agência Brasil, 29/01/2015\)](#)